

**A DESVALORIZAÇÃO DO REAL
E O MERCOSUL**

A imprensa registrou, em 25.02.1999, que o Brasil decidiu manter até o final do primeiro semestre deste ano o regime especial de importações para os países do Mercosul, extensivo à Bolívia e Chile e, ainda, que aumentou a isenção para importações daqueles países de US\$ 40 mil para US\$ 80 mil. O que foi feito para atender aos apelos dos argentinos, que querem compensações pela desvalorização do real.

Essa resolução mantém e amplia um favorecimento e um privilégio dados aos países do Mercosul e é inteiramente contrária aos interesses nacionais, conforme provamos a seguir.

Antes do real, o Brasil tinha superávits na balança comercial com a Argentina. Em 1992, o superávit foi de US\$1,3 bilhão e, em 1993, de US\$ 941 milhões. Em 1994, quando começou a ser implantado o real, isto é, a partir de julho, o superávit caiu para US\$ 473 milhões. Desde então temos tido grandes déficits : US\$1,5 bilhão em 1995; US\$1,6 bilhão em 1996; US\$1,3 bilhão em 1997 e US\$1,28 bilhão em 1998.(Fonte SECEX, MICT).

Uma das causas dessa mudança dos saldos positivos, antes do real, para negativos, após a sua implantação, é o fato do real ter sido supervalorizado. Não

é preciso nenhuma análise econômica. Toda a população sabe como os produtos importados ficaram baratos, todos que viajaram verificaram que no exterior tudo era mais barato do que antes, nunca o brasileiro viajou tanto para o exterior, não apenas os ricos mas grande parte da classe média, o que inclusive propiciou férias e viagens de diversão para os adolescentes como a ida em grande número à Disneilândia.

A influência direta da supervalorização do real, por ocasião da sua implantação, na balança comercial com a Argentina se verifica na análise mensal do saldo da balança comercial daquele ano. Nos primeiros nove meses de 1994, todos os saldos mensais foram positivos para o Brasil, com uma média de US\$ 70 milhões. Nos últimos três meses, após a implantação do real, a 1º de julho, os saldos mensais foram negativos crescentes e com a média de US\$ 101 milhões.(Fonte: SECEX-MICT).

Os nossos vizinhos do Mercosul aproveitaram essa supervalorização do real a seu favor e, por isso, não têm razão em reclamar ou pleitear compensações pela correção do valor do real que o Brasil foi forçado a fazer.

Outro fator que contribuiu para os grandes déficits do Brasil com a Argentina foi, e ainda é, a grande diferença dos juros para financiamento da produção e da comercialização praticados pelo Brasil, que têm sido três vezes maiores do que os usados na Argentina. (Fonte: The Economist). Essa diferença de juros constitui um subsídio elevado que o Brasil dá às exportações deles para o Brasil. Se fosse o oposto, e o Brasil estivesse financiando a sua produção e comercialização com juros abaixo do mercado, as suas exportações seriam penalizadas no mercado internacional. É conhecido que os Estados Unidos acusam o Brasil de subsidiar a sua produção de aço, por causa dos juros de financiamentos às indústrias siderúrgicas, e técnicos da OMC deram parecer contra o Brasil por praticar a equalização de juros, pelo PROEX, no financiamento das exportações de aviões pela EMBRATER.

Reconhecendo este fato, o governo brasileiro tomou a medida de exigir o pagamento a vista para as importações com financiamento de menos de 360 dias,

fazendo exceção para as importações de até US\$ 40 mil.

Os países do Mercosul reclamaram dessa medida que diminuía esse subsídio na comercialização de seus produtos exportados para o Brasil e o governo brasileiro generosamente cedeu, fazendo exceção para eles. E agora não só manteve como ainda aumentou a isenção para US\$ 80 mil , como acaba de ser anunciado

Esse subsídio dá uma grande vantagem comparativa às exportações da Argentina para o Brasil e é necessário e justo para o País eliminá-la para que as leis de mercado funcionem e a competição seja em igualdade de condições, princípio básico de um Mercado Comum como o Mercosul. A prorrogação até junho tem que ser a última e é preciso tornar claro e definitivo para os nossos vizinhos.

Há ainda um terceiro fator para o desequilíbrio da balança comercial a favor da Argentina. É o não cumprimento por parte dela do Tratado de Assunção com a tolerância do Brasil. Quando o Brasil estava tendo superávits, em 1992 e 1993, os Presidentes da Argentina e Uruguai vieram reclamar que o Mercosul nos favorecia e prejudicava os seus países. Era Presidente do Brasil Itamar Franco e Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, que, a 15 de outubro de 1992, estabeleceu a seguinte política: " Se em dado momento um país tem balança comercial superavitária e um outro país, deficitária, isso vai se corrigir no momento seguinte. Caso o mercado não corrija, ele mesmo, esta disparidade, os governos tomarão medidas que facilitem a distribuição equitativa dos ganhos com a integração".(Fonte: Correio Braziliense 16.10.1992).

A Argentina utilizou imediatamente essa declaração e aumentou a sua taxa de estatística sobre as importações, estabeleceu cotas e tarifas para os produtos brasileiros, rompeu o acordo que previa preferência para produtos da indústria de bens de capital do Brasil e impôs a restrição "voluntária" à exportação de carne de frango. Além disso, em dezembro de 1994, ainda no Governo de Itamar Franco, sendo Ministro da Fazenda Ciro Gomes, foram assinados os Acordos de Ouro Preto, onde o Brasil permitiu que o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, não fosse cumprido pelos outros três países nos itens em que o Brasil

tinha vantagem competitiva, como é o caso da indústria automotiva e açúcar, e em inúmeros outros produtos incluídos por eles nas listas de adequação sob o pretexto de que necessitavam de tempo para poderem concorrer com os produtos brasileiros. Na realidade, era apenas protecionismo, como está demonstrado pelo fato de estarem exportando muitos desses produtos para nós, o que podemos exemplificar com os pneumáticos brasileiros, sujeitos a tarifa e cotas na Argentina, que, em 1998, exportou para o Brasil US\$ 56 milhões e importou US\$ 66,6 milhões. (Fonte SECEX-MICT).

A conseqüência desses Acordos e o não cumprimento do Tratado de Assunção fizeram a Argentina obter saldo favorável na indústria automotiva, em 1997, de US\$ 690 milhões e, em 1998, de US\$ 568 milhões num setor em que o Brasil tinha, naturalmente, grande vantagem competitiva. (Fonte:SECEX-MICT).

Uma prova do que acima afirmamos é comparar a balança comercial do Brasil com o Mercosul e com os outros países da ALADI não participantes do Mercosul. Com os países do Mercosul temos tido grandes déficits que, nas estatísticas oficiais, são menores porque com o Paraguai existe oficialmente um saldo favorável, mas que não é real porque não inclui as importações feitas em Foz de Iguaçu pelos chamados sacoleiros e cujo valor estimado é muito superior ao saldo oficial. Sem considerar a balança com o Paraguai os déficits têm sido na média de 1995/98 de US\$ 1,5 bilhão, enquanto com os países da ALADI não integrantes do Mercosul, mas, da América Latina, o Brasil teve superávits, na média de 1995/98, de US\$ 844 milhões, sendo em 1998 o nosso superávit de US\$1,5 bilhão, ou seja, igual ao déficit com o Mercosul, menos o Paraguai. O nosso intercâmbio com os demais países da ALADI tem sido grande, em média 49 % do valor alcançado com o Mercosul. (Fonte: SECEX-MICT).

A grande diferença nos resultados da balança comercial, negativos no Mercosul e positivos com os demais países da ALADI, mostra o efeito prejudicial para a economia brasileira das concessões que têm sido feitas aos países do Mercosul, contrárias aos princípios do mercado comum.

Os superávits da Argentina com o Brasil não foram obtidos por sua maior

competitividade, como eles anunciam, mas sim pelos fatores mencionados, e a prova é o seu grande déficit na balança comercial, em 1998, que foi de US\$ 5 bilhões, tendo obtido superávit, entre os grandes parceiros, apenas com o Brasil.

Nos três fatores acima mencionados, que causam prejuízos evidentes ao Brasil, nota-se uma atitude da parte do Governo Brasileiro de que o Mercosul é essencial ao Brasil, que ele é o grande beneficiário e que, por isso, deve ceder aos interesses dos outros países, não só por razões econômicas como também por motivos políticos.

A realidade é muito diferente e a sua execução o tem demonstrado. O Brasil, ao abrir o seu grande mercado aos outros países que constituem um terço do nosso, foi muito generoso porque, em igualdade de circunstâncias e eficiência, poderia aumentar o seu mercado em apenas 30 %, enquanto a Argentina em 400 % e Paraguai e Uruguai em mais de 7.000 %. Nessas condições, o Brasil deve exigir que os outros lhe concedam vantagens, porque eles é que têm o maior proveito, mas, por uma visão distorcida, o Brasil é que tem feito grandes concessões a eles. Por exemplo: a Argentina não teria condições de desenvolver um grande parque industrial automotivo em virtude de seu pequeno mercado, mas, graças ao Mercosul e à política brasileira de favorecer a indústria argentina com um tratamento excepcional fora das regras do Mercosul, ela já desenvolveu a sua indústria para ocupar o mercado brasileiro. É surpreendente que a Argentina esteja permanentemente acusando o Brasil e pedindo e conseguindo maiores concessões, como provam os saldos de US\$ 690 milhões em 1997 e US\$ 568 milhões no setor automotivo, quando o previsto era a igualdade de intercâmbio.

A Argentina é o país que mais nos acusa de práticas de "dumping" e a sua imprensa, com frequência, faz campanha contra o Brasil, como recentemente, acusando o Brasil de subsidiar as suas exportações para a Argentina quando eles é que têm as suas exportações subsidiadas pela diferença de juros.

A Argentina permite a triangulação dos produtos lácteos, estabelecendo uma tarifa de importação que é menos da metade da brasileira. A Argentina é auto-suficiente em produtos lácteos, mas está realizando importações da União

Européia e da Nova Zelândia e exportando para o Brasil em virtude da diferença de tarifas e aproveitando-se dos subsídios que a União Européia concede aos seus produtores e exportadores. É uma prática desleal que tem causado enormes prejuízos aos nossos pequenos produtores de leite e de laticínios.

É de conhecimento público que o Congresso Argentino estabeleceu, por lei, que o açúcar não seria incluído no Mercosul enquanto o Brasil adicionasse álcool à gasolina e tivesse o Proálcool, e a razão é proteger a população da região produtora de açúcar. É uma violação frontal aos princípios do Mercosul e não teve a contrapartida do Congresso Nacional para proteger os nossos produtores de laticínios da concorrência desleal.

Tem sido apontado como grande êxito para o Brasil o fato do intercâmbio comercial com a Argentina ter crescido em 300 %, mas quando se compara com o crescimento do intercâmbio com outros países da ALADI, verifica-se que com eles também houve grande crescimento, cerca de 200%, sendo menor pelo fator distância.

Um dos fatores que poderiam ser favoráveis ao Brasil seria a negociação conjunta dos 4 países frente aos demais blocos e nações pelo aumento do poder econômico. Também desse ponto de vista os demais países seriam os mais beneficiados, considerando que o Brasil é a oitava economia mundial. Tem sido mencionado como efeito positivo do Mercosul que, juntos, poderíamos influenciar o mercado de alimentos, especialmente nos grãos, carne e oleaginosas - particularmente a soja. A realidade nos anos de vigência do Mercosul mostra o oposto - a Argentina tem se comportado apenas como concorrente e o Brasil nada ganhou nesse aspecto.

No aspecto sócio-econômico, considerando que uma expansão nas exportações no valor de US\$ 1 bilhão gera em média 80.000 empregos, o déficit de US\$ 1 bilhão, médio, no período de 1995 a 1998, com a Argentina, tem causado uma perda de 112.000 empregos anuais. Não é possível continuar a favorecer empregos na Argentina à custa dos brasileiros, e ainda mais considerando que a população da Argentina é, em média, 40% mais rica que a brasileira, medindo-se

pelo PIB "per capita" dos dois países.

Finalmente teríamos como vantagem o aspecto político da ação conjunta. Falou-se que as negociações com os Estados Unidos seriam feitas em conjunto, mas na prática a Argentina tem negociado diretamente com os Estados Unidos, recebendo vantagens econômicas e políticas, ignorando o Brasil. Ainda há poucos dias o Presidente Menem, da Argentina, fez negociações com os Estados Unidos para adotar o dólar como moeda nacional da Argentina e também de outros países, inclusive o Brasil, sem nos consultar.

Politicamente, a Argentina não tem estado ao lado do Brasil na quase totalidade das questões e tem feito uma campanha contra nós para atrair investimentos externos dizendo ser um país mais confiável e que, em virtude do Mercosul, os produtos das indústrias instaladas na Argentina têm livre acesso ao grande mercado brasileiro.

Membros do seu governo têm declarado que a sua prioridade são os Estados Unidos, e, nos fóruns internacionais, a Argentina tem defendido os mesmos pontos de vista dos norte-americanos inclusive enviou força naval na Guerra do Golfo.

Quando o Brasil manifestou a sua aspiração a ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Argentina vetou a nossa candidatura e apresentou a sua.

Tem sido levantado pelos negociadores do Mercosul que as maiores economias devem ajudar as menores e que isto teria acontecido na União Européia, em que os países mais ricos fizeram concessões aos mais pobres. A realidade no nosso caso é muito diferente. O Brasil tem um PIB "per capita" de apenas US\$ 4.390, enquanto a Argentina tem US\$ 8.400 e o Uruguai, US\$ 6.000 (BID, 1997). Não há caso de um país mais pobre sacrificar os interesses de sua população para favorecer populações mais ricas. O Brasil, adotando essa política "generosa" com as populações mais ricas, está prejudicando a sua população, que tem 30 milhões na pobreza, ou seja, quase a população da Argentina e 10 vezes maior

do que a do Uruguai. Para fazermos uma comparação interna. seria o mesmo que adotar uma política de benefícios à população de São Paulo às custas da população do Nordeste.

Há necessidade de uma política realista e não sentimental em relação aos nossos vizinhos. Eles não são nossos sócios mas nossos concorrentes nos mercados interno e externo. Eles defendem os interesses de suas populações e o Mercosul para eles é basicamente a conquista do maior espaço possível no grande mercado brasileiro. Não há lugar para sentimentalismo de nossa parte, porque eles são realistas e usam todos os meios para conseguir seus objetivos.

ADY RAUL DA SILVA

*Pesquisador aposentado da EMBRAPA e
Consultor da SOBER*

Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 01 - Jan - Fev - Mar - 1999